CAPÍTULO 8

VIOLÊNCIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS[1]

Pablo Lira[2]
Latussa Laranja Monteiro[3]

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi construído no início dos anos 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Este índice surgiu com o objetivo de oferecer um contraponto aos indicadores derivados do produto interno bruto (PIB). O PIB *per capita*, por exemplo, foi amplamente utilizado para o estabelecimento de análises comparativas entre diversas nações na perspectiva econômica do desenvolvimento.

Até a década de 1990, os indicadores do PIB eram predominantemente utilizados para estudar os padrões de desenvolvimento. Desenvolvimento este que, na verdade, era reduzido ao prisma das variáveis econômicas. O próprio conceito de desenvolvimento, almejado por países como o Brasil,[4] aproximava-se mais da ideia de crescimento econômico. Talvez por isso, o PIB exercia predominância nos relatórios e nas pesquisas de instituições de projeção global.

Foi nesse contexto que Mahbub ul Haq se propôs a pensar um indicador que lançasse luz sobre a questão teórico-política que se colocava como pano de fundo (noções de crescimento econômico e desenvolvimento humano) e que, ao mesmo tempo, possibilitava um contraponto e um olhar complementar à análise relativa ao desenvolvimento. "O conceito de desenvolvimento humano considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação" (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Insta salientar que, anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, se intensificavam as discussões no âmbito das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento sobre os conceitos de *ecodesenvolvimento* e

1. Os autores agradecem o suporte da revisão de Ana Carolina Giuberti, diretora de estudos e pesquisas do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).
2. Especialista em estudos e pesquisas governamentais do IJSN. *E-mail*: <pablo.lira@ijsn.es.gov.br>.
3. Especialista em estudos e pesquisas governamentais do IJSN. *E-mail*: <latussa.laranja@ijsn.es.gov.br>.
4. Ver as próximas seções deste texto.

desenvolvimento sustentável. Este último foi consolidado no Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum e, mais tarde, em 1992, foi reafirmado na Rio/Eco 92[5] como um modelo pelo qual as nações buscariam se desenvolver garantindo as condições básicas necessárias para a prosperidade das presentes e futuras gerações.

Mesmo não abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento, como as variáveis sobre o meio ambiente, o IDH proporciona uma leitura sintética do desenvolvimento humano nas perspectivas da educação, saúde e renda. "O IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da *felicidade* das pessoas, nem indica *o melhor lugar no mundo para se viver*" (Pnud, Ipea e FJP, 2013, grifo nosso).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) vem atualizando recorrentemente os índices intermediários e sintéticos do IDH para as nações. No Brasil, o Pnud mantém uma relevante parceria com o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP) para a atualização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que consiste em um ajuste metodológico do IDH global às especificidades socioeconômicas do país, em suas escalas estaduais, municipais e metropolitanas. O IDHM é calculado por meio dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IDH é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)[6] das Nações Unidas. No Brasil, o IDHM tem sido utilizado pelo governo federal, governos estaduais e municipais, iniciativa privada e organizações sociais para a elaboração e o acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento em diversas vertentes.

Desde o final da década de 1990, o Pnud vem ampliando sua política de gestão da informação com o intuito de disseminar os dados e as análises relativas ao IDHM. Até a primeira metade dos anos 2000, foram desenvolvidos três aplicativos executáveis (programas de computador) que funcionavam como banco de dados e compreendiam indicadores socioeconômicos e questões temáticas. Estes eram difundidos via CDs e/ou *downloads* pela internet.

O ano de 2013 é considerado, pelo Pnud, um divisor de águas no que tange à difusão das informações dos dados do IDHM. O referido ano marcou o início das atividades do *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*,[7] uma plataforma *web*, administrada por um Sistema Gerenciador de Banco de Dados

5. Não é o objetivo deste capítulo se aprofundar na discussão sobre tais conceitos. Para mais detalhamento, ver Cavalcanti (1995).
6. Em 2000, 189 nações estabeleceram um compromisso conjunto para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade contemporânea. Tal compromisso foi cristalizado nos oito ODMs que devem ser alcançados até 2015, quando os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) passarão a valer para os anos seguintes, até o ano de 2030 (Pnud, Ipea e FJP, 2013).
7. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>.

(SGBD), que possibilita a realização de consultas *on-line*, confecção de mapas temáticos no ambiente de trabalho de Sistema de Informações Geográfica (SIG) e cruzamento de informações com mais de duzentos indicadores constituídos por variáveis socioeconômicas, índices intermediários e índices sintéticos de IDHM, IDHM Educação, IDHM Renda e IDHM Longevidade.

O *Atlas Brasil* é uma potente ferramenta que pode ser amplamente utilizada por pesquisadores, professores, estudantes, jornalistas, técnicos, gestores públicos e população em geral. A estrutura de seu banco de dados e o sistema de consulta facilitam o cruzamento com outras importantes fontes de informação, por exemplo, com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/Datasus).

O propósito deste capítulo é utilizar o aporte técnico-metodológico, sucintamente explicado anteriormente, para geoprocessar e analisar, com dados transversais referentes ao contexto do ano de 2010, os indicadores de desenvolvimento humano, de urbanização e de vulnerabilidade social na perspectiva da violência, representados respectivamente pelo IDHM, taxa de urbanização e taxa de homicídios. Tal análise é procedida na escala dos municípios do estado do Espírito Santo.

Todavia, devido ao padrão predominantemente urbano e metropolitano de distribuição espacial dos homicídios,[8] também é procedida uma investigação geográfica complementar na Região Metropolitana da Grande Vitória (RM da Grande Vitória). Nessa seção específica do texto, além do IDHM e do coeficiente de concentração de homicídio, foram considerados os tipos socioespaciais para realizar os cruzamentos cartográficos. A tipologia socioespacial[9] é uma alternativa analítica que possibilita o estudo da organização social do território na escala intrametropolitana e suas eventuais correlações com as dinâmicas criminais.

Sob o enfoque da análise cartográfica, o indicador de homicídio é assumido como variável dependente, enquanto as demais constituíram as variáveis explicativas. Tais variáveis são tratadas em uma ótica dedutiva-indutiva nas próximas seções, conjugando inferências nas escalas estadual-municipal-intrametropolitana, bem como nas escalas intrametropolitana-municipal-estadual.

8. Estudos empíricos que analisam amplas bases de dados temporais e espaciais, como o desenvolvido por Andrade, Souza e Freire (2013), constatam que no Brasil ocorre uma potencial concentração dos homicídios nas áreas urbanas e regiões metropolitanas.
9. A metodologia da tipologia socioespacial, que vem sendo trabalhada ao longo das últimas décadas pela rede de pesquisa nacional do Observatório das Metrópoles, é detalhada nas próximas seções.

2 URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS

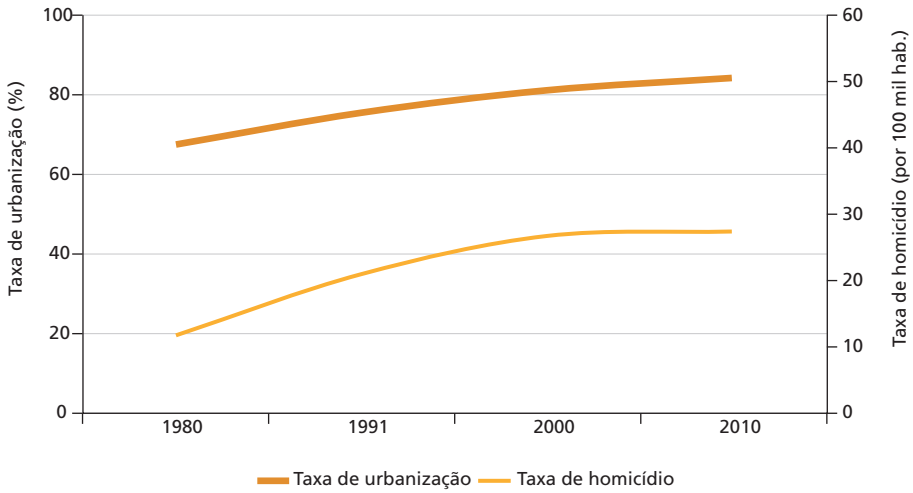
Nos estudos sobre a geografia do crime e sociologia do crime, pesquisadores, como Zanotelli *et al.* (2011) e Andrade, Souza e Freire (2013), assinalam a correspondência espacial entre as taxas de urbanização[10] e as taxas de homicídio,[11] sobretudo na escala municipal. Tomando esse referencial como ponto de partida, pretende-se investigar, por meio dos métodos de interpretação cartográfica, a possível correlação espacial dos fenômenos urbano e da violência, acrescentando, mais adiante, a dimensão do desenvolvimento humano, mensurado pelo IDHM.[12]

Com base nos autores citados, tal correlação pode ser explicada, em parte, pelos fatores que influenciam a violência urbana. A violência não se distribui de forma homogênea no território. A literatura especializada indica que violência de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Porém, é na cidade que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. A violência revela-se imbricada a fatores da (des)ordem urbana[13] ao ponto de permitir diferenciar o que se chama de *violência urbana*. Os processos de expansão urbana, nos moldes da urbanização brasileira, e de aumento da criminalidade violenta, medida pelo seu principal indicador, a taxa de homicídio, guardam entre si tendências temporais semelhantes (Zanotelli *et al.*, 2011).

Utilizando como referência os dados do IBGE e do SIM/Datasus, os gráficos 1 e 2 apresentam as taxas de urbanização e de homicídio no Brasil e no estado do Espírito Santo.

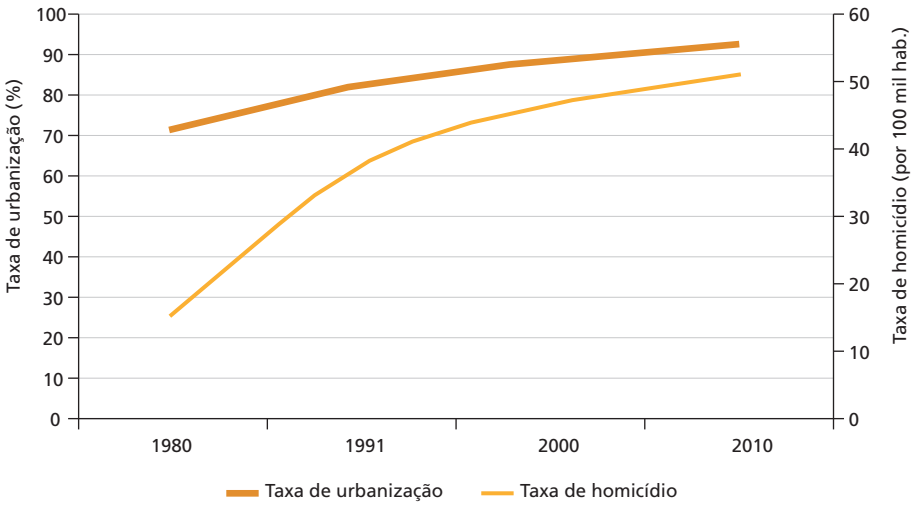
10. Relação entre o número da população urbana e a população total de uma determinada unidade geográfica, sendo expressa em percentual.
11. Razão entre o número de homicídios e a população total de uma determinada unidade geográfica, sendo expressa em relação a cada grupo de 100 mil habitantes.
12. O IDHM é constituído por três pilares, saúde, educação e renda, e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0 o índice, piores são as condições de desenvolvimento humano da unidade geográfica analisada. Quanto mais próximo de 1 o índice, melhores são as condições de desenvolvimento humano. Segundo Pnud (2015), as faixas do desenvolvimento humano podem ser descritas como IDH muito alto (0,800 a 1,000), alto (0,700 a 0,799), médio (0,600 a 0,699), baixo (0,500 a 0,599) e muito baixo (0,000 a 0,499).
13. Ribeiro (2013) considera a ordem urbana como uma instância resultante dos processos e fatores sociais, econômicos, demográficos, geográficos, históricos, políticos e culturais que se conjugam nas cidades e nos espaços metropolitanos. No sentido de oferecer uma perspectiva complementar à concepção teórico-metodológica explicitada por Ribeiro (2013) adota-se a expressão "(des)ordem urbana" neste texto, uma vez que o conceito de ordem urbana pode ser relativo e variar de acordo com as perspectivas dos grupos sociais que são distintamente influenciados pelos processos e fatores aqui mencionados. Sobre a pertinente discussão sobre (des)ordem urbana ver Lefebvre (1999).

GRÁFICO 1
Taxas de urbanização e de homicídio – Brasil (1980-2010)



Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2
Taxas de urbanização e de homicídio – Espírito Santo (1980-2010)

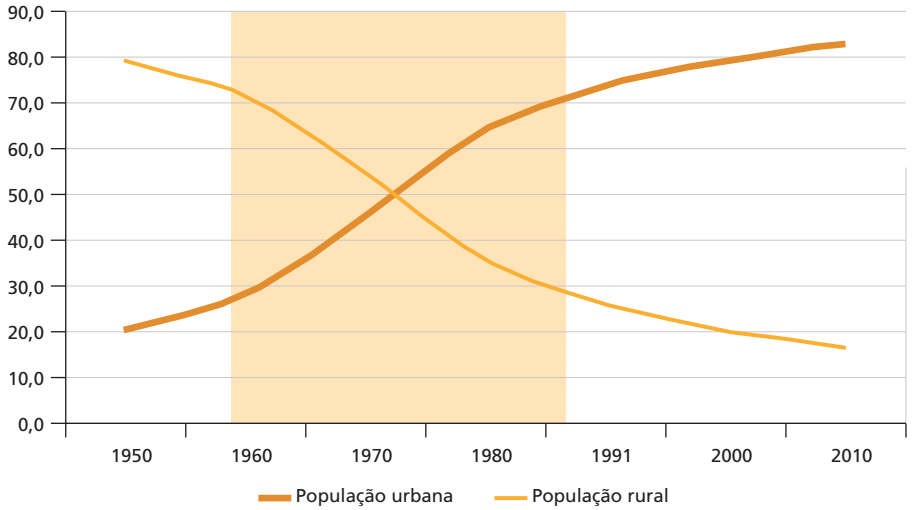


Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.
Elaboração dos autores.

Tanto no contexto nacional quanto no capixaba constata-se que à medida que a taxa de urbanização aumentou na década de 1980, a taxa de homicídio foi incrementada concretizando tal crescimento nos anos 1990 e nas décadas seguintes.

Destaca-se a trajetória de crescimento da taxa de homicídios mais acentuada no caso do Espírito Santo. O intervalo ou a lacuna que separa a consolidação da urbanização no estado e o crescimento das taxas de homicídios torna-se melhor evidenciado com a leitura complementar do gráfico 3, no qual os percentuais de população urbana e rural são apresentados para o período anterior à década de 1980, retratando a transição urbana capixaba.

GRÁFICO 3
População urbana e rural – Espírito Santo (1950-2010)
(Em %)



Fonte: Sidra/IBGE.
Elaboração dos autores.

Enquanto a taxa de homicídio iniciou seu incremento na década de 1980,[14] a taxa de urbanização (percentual da população urbana) iniciou seu processo de aumento no Espírito Santo entre as décadas de 1950 e 1960, em decorrência das adversidades econômicas da cafeicultura que culminaram na política de erradicação dos cafezais, sobretudo, nos municípios do interior do estado (Siqueira, 2001).

14. Vale ressaltar que 1980 é o primeiro ano da série histórica do SIM/Datasus que possibilita o cálculo da taxa de homicídio. A literatura especializada de estudos sobre violência interpessoal letal, bem como a análise da tendência das taxas de homicídio, permite inferir que nas décadas anteriores a 1980 o país e seus estados não enfrentavam significativos problemas relativos à violência endêmica. As informações do SIM/Datasus possibilitam afirmar que o aumento gradativo dos homicídios no Brasil ocorreu a partir da segunda metade dos anos de 1980. Na década de 1990, o problema dos homicídios ganhou escala e se tornou uma questão nacional ao ponto de pautar debates políticos, noticiários das mídias e discussões de opinião pública (Peralva, 2000; Zaluar, 2004; Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2005; Misse, 2006; Waiselfisz, 2006; Caldeira, 2008; Zanotelli *et al*., 2011; Andrade, Souza e Freire, 2013).

3 BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPIXABA

De acordo com Oliveira Junior *et al*. (2014, p. 30-31), "a década de 1960 marca o processo de inflexão na política econômica do estado. A primeira metade é marcada pela política de erradicação de cafezais, justificada por uma crise de superprodução". Contingentes de migrantes do interior capixaba que enfrentava uma série de adversidades derivadas do declínio da cafeicultura, principal produto do primeiro grande ciclo econômico do Espírito Santo, passaram a se direcionar para a área que hoje forma o núcleo da RM da Grande Vitória.[15]

Naquela época, a centralidade político-institucional da capital e as atividades ligadas ao embarque e desembarque de produtos nos portos da baía de Vitória – abrange instalações portuárias nos municípios de Vitória e Vila Velha –, bem como a operação de indústrias de pequeno, médio e grande porte, garantiam certa dinâmica econômica na referida região. Insta ressaltar que, antes mesmo dos anos de 1960, a oficina de carros e vagões da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) operava no município de Cariacica e o porto de Vitória processava exportação de minério de ferro que era transportado pela estrada de ferro Vitória-Minas (Oliveira Junior *et al*., 2014). Tais atributos já contribuíam para atrair os migrantes que vinham do interior.

Entretanto, foi na década de 1970 que a migração em direção aos principais municípios que hoje compõem a RM da Grande Vitória se tornou mais significativa com o acréscimo de migrantes oriundos do sul da Bahia, leste de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro, à população vinda do interior capixaba. Nesse período, o Espírito Santo conheceu a expressiva expansão do setor secundário com a implementação de grandes plantas industriais – usinas de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce e alto-fornos da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST),[16] por exemplo –, as obras portuárias na baía de Vitória e a construção do porto de Tubarão (Campos Júnior, 2002).

Tais intervenções compuseram parte do escopo, para o estado do Espírito Santo, do II Plano Nacional deDesenvolvimento (II PND) do governo federal. Segundo Ribeiro (2013), no cenário nacional, o país experimentava um significativo período de crescimento econômico. No intervalo de 1968 a 1973 ocorreu seu momento mais expressivo, o conhecido *milagre econômico brasileiro* que elegeu as grandes cidades como lócus potencial da industrialização.

Nessa lógica, as grandes plantas industriais e as intervenções logísticas foram implementadas na atual área da aglomeração da Grande Vitória, excetuando as

15. A RM da Grande Vitória é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios desta RM formam a aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação.

16. Depois das privatizações na segunda metade dos anos 1990, e da abertura de capital nos anos 2000, a CVRD e a CST aderiram aos nomes Vale e AcelorMittal Tubarão, respectivamente.

instalações da mineradora Samarco – situada no município de Anchieta a, aproximadamente, 80 km de distância ao sul da capital capixaba – e da Aracruz Celulose – hoje reconhecida como Fibria, localizada no município de Aracruz, a cerca de 80 km de distância ao norte da capital Vitória. Como visto, a concentração espacial dos citados empreendimentos, que iniciaram suas operações no final da década de 1970 e nos anos 1980, propiciou a polarização dos fluxos migratórios para a área que hoje constitui a RM da Grande Vitória.

Nesse contexto, em menos de três décadas – período representado pela hachura do gráfico 3 –, constatou-se no estado do Espírito Santo a expansão da industrialização, que marcou o início do segundo grande ciclo econômico capixaba. Esse processo de industrialização ocorreu conjugado com a urbanização, que foi potencializada pela migração. Com essa trajetória, o Espírito Santo procedeu suas transições demográfica e urbana.[17]

Oliveira Junior *et al*. (2014) identificam que, com os *grandes projetos industriais* da década de 1970, os fluxos de migrantes para os municípios da Grande Vitória cresceram consideravelmente.

> Vitória, Vila Velha e Cariacica mantêm o ritmo acelerado de crescimento, ultrapassando ou chegando próximo dos 200 mil habitantes. Serra, município que até então tinha ficado meio de fora do processo, com as obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a construção do Centro Industrial de Vitória (Civit), quintuplica sua população, saindo de 17 para 85 mil habitantes entre 1970 e 1980 (Oliveira Junior, 2014, p. 33).

Por mais que na escala nacional as estratégias do II PND tenham logrado êxito na descentralização relativa das atividades econômicas do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, na escala estadual, os *grandes projetos industriais* acabaram se concentrando na área que hoje conforma a aglomeração da Grande Vitória.

É importante lembrar que o modelo de "desenvolvimento" econômico nacional, consolidado pelas bases do *milagre econômico*, viabilizou-se por meio de investimentos púbicos internos e privados estrangeiros. Um dos desdobramentos disso foi o aumento do endividamento externo, sobretudo decorrente do incremento do preço internacional do petróleo ocorrido em 1973 e 1979, bem como da elevação da taxa de juros norte-americana que ocorreu no início dos anos 1980. Tais fatores "fizeram com que a dívida externa brasileira se ampliasse de tal maneira que se tornou um dos principais problemas da sociedade brasileira daquela época" (Ribeiro e Ribeiro, 2011, p. 8). Os citados autores ponderam que o aumento da dívida externa comprometeu a sustentação do crescimento econômico e contribuiu para a formação do quadro de hiperinflação, elevação do desemprego, aumento do

17. Ver Alves e Cavenaghi (2012).

subemprego e precariedade habitacional e infraestrutural que caracterizou a maioria das cidades brasileiras, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

Além das questões econômicas estruturais, o referido modelo, nas décadas seguintes, influenciou implicações e desdobramentos socioespaciais, nem sempre positivos, pois o crescimento econômico promovido pela industrialização não se articulava com políticas urbanas e sociais adequadas e alinhadas na perspectiva do desenvolvimento social.

No que tange às transformações socioeconômicas da época constatadas na RM da Grande Vitória, cabe destacar que parte dos operários que foram absorvidos em um primeiro momento, na fase de construção das indústrias, não foi aproveitada na fase de operação das empresas em função das limitações quantitativas da força de trabalho necessária, bem como das especializações demandadas. "Na primeira fase, o aproveitamento dessa mão de obra foi amplo. Entretanto, a demanda por pessoal na fase de operação foi, pelo menos, 50% inferior às etapas de construção civil" (IJSN, 1984 *apud* Siqueira, 2001, p. 96). Sem condições econômicas para retornar às suas localidades de origem, boa parte da mão de obra não aproveitada na fase operacional das grandes indústrias e não inserida no mercado de trabalho passou, geralmente, a ocupar as encostas dos morros, áreas alagadas, manguezais e outros locais desprovidos de infraestrutura urbana.

Com base na análise da problemática capixaba, acredita-se que a ausência de políticas sociais e da efetivação de um planejamento territorial adequado durante o auge do processo de urbanização foram alguns dos fatores cruciais que propiciaram sérios problemas de ordem socioeconômica, a saber, ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência dos serviços básicos de saúde e educação, dentre outros.

Nessa conjuntura, a violência pode ser entendida como mais um componente do modelo de promoção de crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. A violência, traduzida pelos homicídios e típica das cidades brasileiras, pode ser entendida como uma das facetas da (des)ordem urbana estabelecida pelo modelo de crescimento econômico implementado no século XX. O aumento dos homicídios, após a década de 1970, ocorreu em concomitância com o aprofundamento das desigualdades e degradação urbana. Por meio dos estudos sobre o crime no contexto brasileiro, Andrade e Marinho (2013, p. 19) indicam que "os processos tardios de industrialização e urbanização provocaram intensos movimentos migratórios, produzindo com isso periferias empobrecidas e segregadas dos centros urbanos e áreas mais equipadas urbanisticamente".

Fatores potencializados nos ambientes urbanos, como desigualdades socioeconômicas, segregação socioespacial, restrição de oportunidades de instrução, emprego, renda e acesso ao solo, propiciaram em diversos municípios brasileiros

a contraditória relação entre expansão urbana e degradação do desenvolvimento humano. Somado a isso, nos espaços onde predominavam os grupos sociais menos privilegiados socioeconomicamente observou-se, a partir dos anos de 1980, a intensificação das atividades das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, primeiramente, nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente, nos demais centros urbanos e, recentemente, nas cidades médias brasileiras (Waiselfisz, 2006).

De acordo com os dados censitários do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a degradação urbana, a precariedade habitacional e as limitações de infraestrutura de saneamento básico revelam maior vigor nas áreas desprivilegiadas, sob o ponto de vista social e econômico. Essas são algumas características comuns aos espaços que apresentam problemas com as ações das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, que geralmente se traduzem por confrontos armados pelo domínio de territórios, eliminação de delatores e assassinatos de devedores. O homicídio acaba se configurando como moeda de troca nas punições sumárias e códigos de conduta impostos pelas quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas nas comunidades, favelas e/ou periferias das grandes cidades brasileiras.

A expansão industrial do Espírito Santo, assim como de outros estados, foi mais um exemplo do modo brasileiro de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. Dessa forma, a industrialização da década de 1970, que ficou potencialmente concentrada na área da atual RM da Grande Vitória e imediações, ao mesmo tempo em que propiciou crescimento, também contribuiu para produzir desequilíbrios socioambientais que se desdobraram em processo cumulativo ao longo das três últimas décadas.

De acordo com os dados do IBGE (2010), os sete municípios que compõem a RM da Grande Vitória concentram mais de 48% dos 3,5 milhões de pessoas que residem no Espírito Santo em um território que corresponde a 5% da área do estado. A RM da Grande Vitória responde por quase 60% do PIB estadual[18] e apresenta uma taxa de urbanização de 98%, ou seja, acima da taxa do estado (83%). As características sociais, econômicas e de uso e ocupação do solo da RM da Grande Vitória evidenciam um território extremamente dinâmico e complexo. Essa mesma região, dinâmica sob o ponto de vista demográfico e econômico, na perspectiva da vulnerabilidade social enfrenta sérios problemas devido às altas taxas de homicídio. A RM da Grande Vitória concentrou 64% dos 1.792 homicídios capixabas em 2010.[19]

18. O PIB do Espírito Santo em 2010 foi de R$ 87 bilhões (IBGE, 2010).
19. De acordo com dados de 2010 do SIM/Datasus.

4 VIOLÊNCIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

Estudos como os desenvolvidos por Zanotelli *et al*. (2011) ressaltam a correlação existente, em nível municipal, entre as taxas de homicídios e taxas de urbanização. Realizando uma análise cartográfica sistematizada na escala dos municípios do Espírito Santo, a citada referência identificou uma associação positiva entre esses dois indicadores, na medida em que a distribuição espacial dos homicídios tende a se concentrar mais nos municípios com altas taxas de urbanização.

Essa correlação pode ser identificada de forma mais detalhada por meio dos mapas 1 e 2, que retratam as taxas de homicídios e de urbanização, respectivamente, para os municípios do Espírito Santo em 2010.

No mapa1, constata-se que Pedro Canário, Conceição da Barra e Jaguaré, no norte do estado, e Fundão, Serra e Cariacica, na RM da Grande Vitória, registraram as maiores taxas de homicídios, 62,9 a 109,3 assassinatos por 100 mil habitantes.

Os demais municípios da RM da Grande Vitória, Vitória, Vila Velha, Viana e Guarapari, computaram taxas elevadas de homicídios, 41,0 a 62,9 mortes por 100 mil habitantes. Nessa mesma faixa de taxa de homicídio, se destacaram os municípios de Afonso Cláudio, que se situa próximo da divisa com Minas Gerais, Aracruz, que se localiza próximo da RM da Grande Vitória, Linhares, Colatina, Baixo Guandu, São Mateus e Ecoporanga, esses últimos localizados na porção norte do estado.

As maiores taxas de homicídios se concentraram na porção litorânea do estado do Espírito Santo, com alguns poucos municípios do interior do território capixaba, como é o caso, por exemplo, de Colatina, Baixo Guandu e Ecoporanga, apresentando altas taxas de homicídios.

Esse padrão de distribuição espacial é semelhante ao que se percebe no mapa 5, no qual as altas taxas de urbanização (84,5% a 100,0%) também se concentraram nos municípios que integram o litoral capixaba, como Linhares, Aracruz, Piúma, Serra, Cariacica, Viana, Vitória, Vila Velha e Guarapari, sendo que esses seis últimos compõem a RM da Grande Vitória, junto com Fundão.

Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Bom Jesus do Norte e Pedro Canário, apesar de não estarem localizados na porção litorânea capixaba, ficaram classificados na faixa das mais elevadas taxas de urbanização. No entorno desses municípios, prevaleceram taxas de urbanização que variaram de 67% a 84,5%, o que salienta a perspectiva regional da rede urbana.

Cachoeiro de Itapemirim e Colatina são municípios polos do estado, possuindo mais de 100 mil habitantes e concentrando atividades econômicas[20] e atributos da ordem urbana (instituições de ensino superior de grande porte, hospitais de referência, instituições públicas regionais, dentre outros) que os colocam em evidência em relação aos municípios vizinhos. Bom Jesus do Norte, com pouco menos de 9,5 mil habitantes em 2010, e Pedro Canário, com aproximadamente 23,8 mil pessoas residentes em 2010, são municípios que não possuem a mesma expressão populacional de municípios polos, todavia estão localizados, respectivamente, nas divisas capixabas com os estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Esses dois municípios integram rotas de rodovias federais e estaduais, o que intensifica a circulação de pessoas em seus territórios. Pedro Canário, por exemplo, tem seu território cortado pela BR-101 no limite extremo norte do estado do Espírito Santo, ou seja, na divisa com a Bahia.

Sob o enfoque do desenvolvimento humano, os municípios com as mais elevadas taxas de urbanização, concomitantemente, situaram-se em faixas de IDHM alto, conforme a interpretação cartográfica do mapa 3. Em 2010, os municípios capixabas apresentaram IDHMs variando da faixa média a faixa muito alto. Vitória e Vila Velha foram os únicos municípios que computaram IDHM muito alto no estado em 2010. Os municípios com IDHM alto estão situados, em sua maioria, na porção litorânea do Espírito Santo, sendo observada uma "interiorização" dessa característica de desenvolvimento humano no entorno de municípios como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

A análise espacial conjugada dos mapas 1, 2 e 3 indica uma associação positiva entre as taxas de homicídio, taxas de urbanização e IDHM. Vale ressaltar que altas taxas de urbanização não são necessariamente sinônimo de uma boa qualidade de vida. Todavia, em municípios que apresentaram altas taxas de urbanização prevaleceram, de maneira geral, IDHMs em níveis altos. Tal correlação espacial revela indícios de que quanto maior as taxas de urbanização, maiores os níveis de IDHM.

20. Em 2010, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina registraram, respectivamente, participação de 3,29% e 2,23% no PIB capixaba, que foi de R$ 87 bilhões (www.ijsn.es.gov.br).

Como visto, a associação espacial positiva das significativas taxas de homicídios, elevadas taxas de urbanização e IDHMs altos (mapas 1, 2 e 3) se mostra em evidência nos municípios que se localizam na faixa litorânea do estado do Espírito Santo, como Fundão, Cariacica, Serra, Guarapari, Viana, Vila Velha, Vitória, Aracruz, Linhares e São Mateus e seus entornos, bem como se destaca na porção norte capixaba, sobretudo na região do município de Colatina e seus vizinhos João Neiva e Baixo Guandu.

Municípios como Cachoeiro de Itapemirim se diferenciaram um pouco desse padrão de distribuição espacial, apresentando altas taxas de urbanização, IDHM alto e taxa de homicídio pouco significativa no contexto estadual.

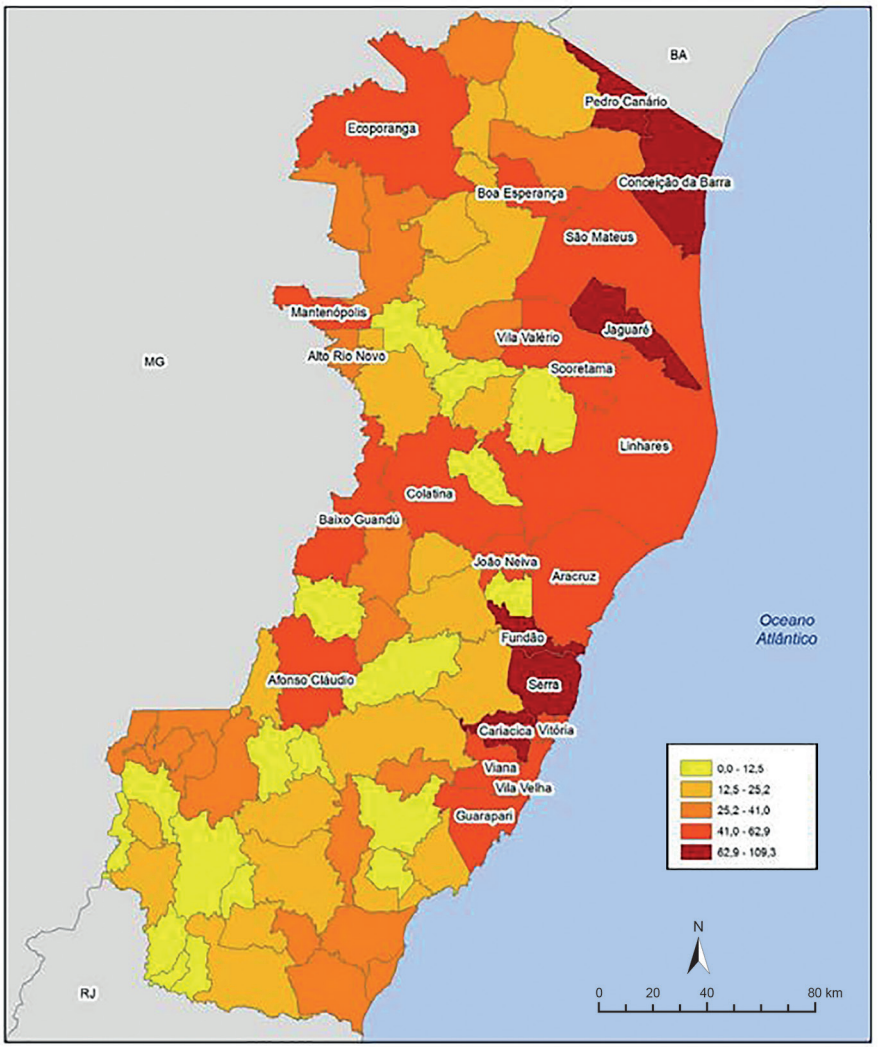
Na região serrana, municípios como Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Santa Leopoldina evidenciaram baixas taxas de urbanização, IDHMs médios e baixas taxas de homicídios.

Em nível municipal, a interpretação cartográfica das taxas de homicídios é homogeneizada, sem, porém, deixar de evidenciar as magnitudes da violência letal, mesmo em municípios com registros de avançados estágios de urbanização e níveis elevados de desenvolvimento humano.

A historicidade da urbanização capixaba, estudada nas seções anteriores, indica que algumas nuanças urbanas favoreceram o encadeamento de processos e fatores, como as desigualdades socioeconômicas, segregação socioespacial e ações violentas das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, que influenciam, até hoje, a distribuição espacial dos homicídios. O processo de industrialização e urbanização capixaba se mostrou concentrado na área dos municípios que integram a atual RM da Grande Vitória.

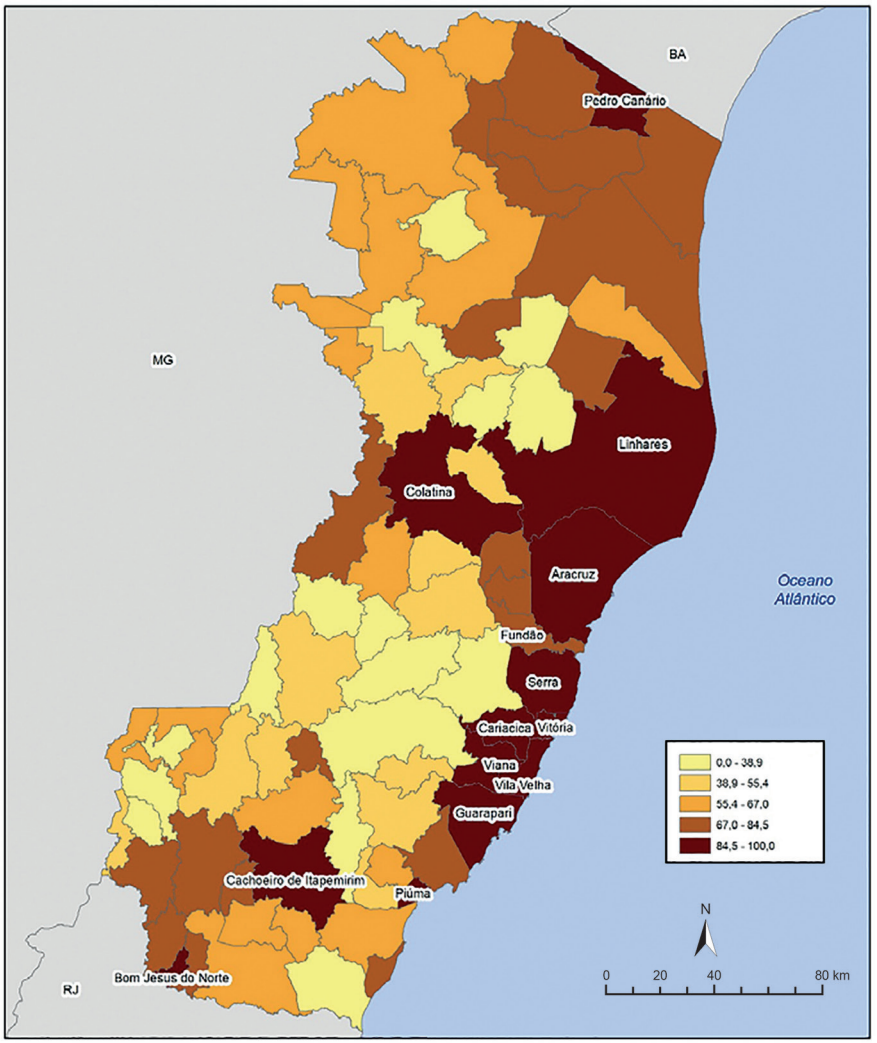
Os mapas 1 e 2 revelam que nessa região foram registradas altas taxas de homicídios e de urbanização.Entretanto, com exceção de Viana (IDHM médio), os municípios da RM da Grande Vitória apresentaram IDHMs variando nas classes alto e muito alto. Chama atenção também a condição de Vitória e Vila Velha, que registraram IDHMs na classe muito alto, isto é, caracterizando as melhores situações de desenvolvimento humano do estado. Nesse sentido, parte dessas particularidades são melhor analisadas na escala intramunicipal da RM da Grande Vitória na próxima seção deste texto.

MAPA 1
Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Espírito Santo (2010)



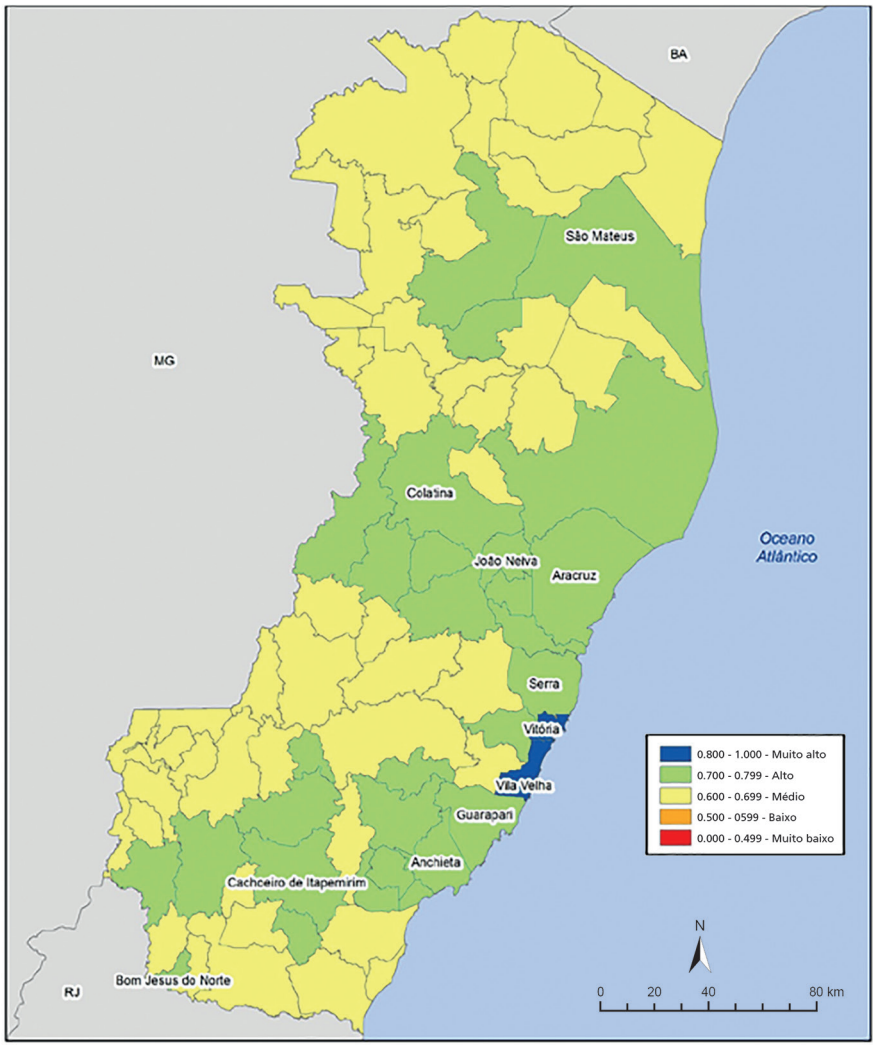
Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

MAPA 2
Taxa de urbanização – Espírito Santo (2010)
(Em %)



Fontes: Sidra/IBGE e SIM/Datasus.

MAPA 3
IDHM – Espírito Santo (2010)



Fonte: Pnud.

5 HOMICÍDIOS, ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA RM DA GRANDE VITÓRIA

Na escala intrametropolitana, os municípios da RM da Grande Vitória revelam toda a complexidade do fenômeno urbano em seus aglomerados subnormais,[21] bairros privilegiados, paisagens de autoconstrução, prédios de fachadas espelhadas, especulação imobiliária, processos de segregação socioespacial, autossegregação, dentre outros elementos. É nesse ambiente de contradições socioeconômicas que a violência, traduzida pelos homicídios, que na maioria das vezes se associa às ações das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas,[22] ganhou força nos municípios da RM da Grande Vitória e outras regiões ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000.

A violência percebida hoje na RM da Grande Vitória, na verdade, pode ser entendida como um reflexo da correlação de fatores estruturais (limitações e condições adversas no acesso e evolução nas etapas mais qualificadas de ensino, acesso à emprego e renda, acesso ao solo urbano e à habitação, acesso aos serviços básicos de saúde, dentre outros) que se desdobraram cumulativamente ao longo das últimas décadas.

O mapa 4 apresenta o padrão espacial da violência RM da Grande Vitória, representada pelos níveis de concentração dos homicídios dolosos.[23] Em 2010, a RM da Grande Vitória registrou 1.175 homicídios dolosos. O mapa dos homicídios dolosos demonstra que aglomerados (*clusters*) de bairros de Serra (grandes Planalto Serrano e Carapina, Feu Rosa e Vila Nova de Colares), Vitória (grande São Pedro e conjunto de bairros da Ilha do Príncipe e seu entorno), Vila Velha (conjuntos de bairros de São Torquato, Primeiro de Maio, Divino Espírito Santo, Terra Vermelha e seus entornos) e Cariacica (conjuntos de bairros de Flexal, Bela Aurora e seus entornos) evidenciaram alta concentração de crimes letais.

De certo modo, o padrão de distribuição espacial dos homicídios dolosos evidencia correlação com o atual estágio da organização social do território da RM da Grande Vitória. Isso pode ser corroborado por meio da análise da tipologia socioespacial. A tipologia socioespacial abordada por Ribeiro e Ribeiro (2013), que foi desenvolvida no âmbito dos estudos e das pesquisas do INCT-Observatório das Metrópoles, é constituída partindo do arcabouço teórico que incorpora as relações

21. Conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

22. De acordo com a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) (www.pc.es.gov.br) do Espírito Santo, aproximadamente 70% dos homicídios capixabas possuem como motivação aparente o envolvimento da vítima com atividades ligadas ao tráfico de drogas ilícitas.

23. Homicídios praticados voluntária ou intencionalmente, por qualquer instrumento ou meio, excetuando-se os homicídios no trânsito.

de produção (perspectiva marxista), lógica de *status* social (ótica weberiana) e noção de *habitus* (abordagem de Pierre Bourdieu).

A referida tipologia pode ser considerada uma espécie de *proxy* da estrutura social. Ela operacionaliza seu método a partir de agregados de tipos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). No campo da análise multivariada, existem dois métodos que possibilitam a elaboração da tipologia socioespacial: a análise fatorial de correspondência e a análise de *clusters*. Esses dois procedimentos constituem a base metodológica dessa abordagem sobre a estrutura social de classes, bem como possibilitam a composição dos tipos socioespaciais (superior, superior-médio, médio, popular-operário, popular, popular-agrícola, agrícola etc.), que podem variar de acordo com o contexto urbano estudado.[24]

O censo demográfico do IBGE é a principal fonte de dados para a construção dos tipos socioespaciais, base da qual é possível extrair as variáveis relacionadas à ocupação, à renda, ao nível de instrução, ao setor de atividade econômica, aos cargos/postos de trabalho públicos e privados. Essas informações são espacializadas na escala das áreas de ponderação, definidas pelo IBGE como agrupamentos de setores censitários.[25]

De acordo com o mapa 5, para a análise da organização social do território da RM da Grande Vitória, foram identificados em 2010 quatro tipos socioespaciais: superior-médio, médio, popular e popular-agrícola. O atual estágio da organização social do território da RM da Grande Vitória, possui vínculo com os desdobramentos econômicos e demográficos ocorridos nas décadas de 1970, 1980, 1990 e anos 2000, considerando que o processo de urbanização, intensificado nesse período, marcou as bases socioespaciais na escala intrametropolitana.

O tipo mais privilegiado no espaço social, superior-médio, mostrou-se predominante em espaços geográficos litorâneos dos municípios de Vitória (Praia do Canto, Enseada do Suá, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Jardim da Penha, Mata da Praia, Jardim Camburi, dentre outros bairros) e Vila Velha (Praia da Costa, Itapuã e Praia de Itaparica), que se destacam por serem locais de residência de famílias com os mais altos níveis de rendimento da RM da Grande Vitória. Geralmente, esses indivíduos exercem ocupações de empregadores, de emprego de comando e/ou de trabalho não manual devido, entre outros fatores, ao elevado grau de instrução.

24. Para um maior detalhamento metodológico sobre a tipologia socioespacial, consultar Ribeiro e Ribeiro (2013).
25. O setor censitário é constituído por áreas contíguas e corresponde à menor unidade de registro dos censos do IBGE. A agregação dos setores censitários contíguos em áreas de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física (Ribeiro e Ribeiro, 2011). Para facilitar a interpretação cartográfica, quando o mapa das tipologias socioespaciais é aqui analisado, uma aproximação à noção geográfica de bairros ou aglomerado (*cluster*) de bairros é estabelecida com o propósito de favorecer uma melhor identificação com os territórios da RM da Grande Vitória.

Os atributos socioeconômicos diferenciam essas famílias engendrando certo *status* social que é reproduzido no bojo das relações sociais e repercute até mesmo no valor do solo urbano como condicionante de acesso. O tipo superior-médio predominou em áreas da RM da Grande Vitória onde o acesso à terra ou aos imóveis se caracterizam como fatores restritivos. Essas áreas, em grande parte, são munidas pelas melhores condições dos serviços e equipamentos coletivos, bem como pelas infraestruturas urbanas de melhor qualidade.

Devido à lógica de organização social do território da RM da Grande Vitória, compreende-se, em primeira instância, o porquê do tipo médio estar predominantemente distribuído espacialmente no entorno das áreas ocupadas pelo tipo superior-médio e nas áreas dinâmicas e/ou centralidades dos municípios de Serra (bairro Parque Residencial Laranjeiras), Cariacica (bairro Campo Grande) e Guarapari (bairros Centro, Praia do Morro e Muquiçaba). Tais *clusters* de bairros são beneficiados pela proximidade das áreas mais privilegiadas da RM da Grande Vitória, principalmente quando comparados aos aglomerados de bairros menos privilegiados.

Esses últimos bairros, representados pela ocupação prevalente dos tipos popular e popular-agrícola, se localizam nas áreas periféricas em relação ao polo Vitória, nos limites da RM da Grande Vitória.

Oferecendo uma perspectiva analítica essencial, o mapeamento do IDHM intrametropolitano, no ano de 2010, corrobora os *clusters* de bairros formados pelo tipo superior-médio como áreas com melhores características de educação, renda e saúde. O IDHM foi espacializado segundo as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs)[26] no mapa 6. Em 2010, o desenvolvimento humano nas UDHs da RM da Grande Vitória registrou variação nas faixas de IDHM muito alto (0,800 a 1,000), alto (0,700 a 0,799) e médio (0,600 a 0,699).

Os *clusters* que evidenciaram a predominância do tipo socioespacial superior-médio apresentaram uma faixa de IDHM muito alto, ou seja, prevalência das melhores características de desenvolvimento humano. Além de concentrar o tipo socioespacial mais privilegiado, as áreas litorâneas de Vitória e Vila Velha, situadas na porção central da RM da Grande Vitória, também evidenciaram os melhores níveis de IDHM. As centralidades dos municípios de Serra, Cariacica e Guarapari, onde prevaleceu o tipo socioespacial médio, outrossim registraram IDHM muito alto.

26. Com base em Pnud, Ipea e FJP (2013), as UDHs estão voltadas para a análise espacial das regiões metropolitanas (RMs) por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas. As UDHs foram construídas em cada RM de modo "customizado", atentando-se para as especificidades de cada espaço metropolitano considerado. As UDHs podem ser entendidas como um recorte espacial intermediário às áreas de ponderação e aos setores censitários. Da mesma forma que foi procedido para as áreas de ponderação, quando o mapa do IDHM intrametropolitano é aqui apresentado, uma aproximação à noção geográfica de bairros ou aglomerado (*cluster*) de bairros é estabelecida com o propósito de favorecer a análise comparativa dos territórios da RM da Grande Vitória.

Essas centralidades concentram os comércios mais sofisticados, as grandes instituições de ensino e os espaços residenciais mais privilegiados de tais municípios.

Os aglomerados de bairros do entorno imediato dessas áreas e da citada área litorânea de Vitória e Vila Velha, que de maneira geral destacaram predominância do tipo socioespacial médio, computaram IDHM alto. De forma semelhante ao que foi constatado em relação aos tipos socioespaciais, os padrões de IDHM diminuem gradativamente das áreas mais privilegiadas da metrópole, porção litorânea de Vitória e Vila Velha, em direção às regiões localizadas nos limites da RM da Grande Vitória. Esses espaços são mais distantes do município polo Vitória e das centralidades dos municípios do entorno da capital, compondo usualmente zonas rurais.

É importante salientar o caso do município de Fundão que por possuir uma população de 17 mil habitantes em 2010, segundo o IBGE, foi representado por apenas uma UDH. Esta equivale à área total do município, abrangendo a sede, a região de Praia Grande no litoral e a zona rural. Fundão se caracterizou como um município com predomínio do tipo socioespacial popular-agrícola, com alto IDHM.

Excetuando o caso de Fundão, os demais municípios da RM da Grande Vitória apresentaram, de acordo com a análise espacial dos mapas 5 e 6, uma associação positiva da organização social do território e das características de desenvolvimento humano. O tipo socioespacial superior-médio registrou IDHM muito alto, o tipo social médio computou IDHM muito alto, alto e médio e os tipos popular e popular-agrícola evidenciaram predominância de IDHM médio, o menos elevado no contexto da RM da Grande Vitória.

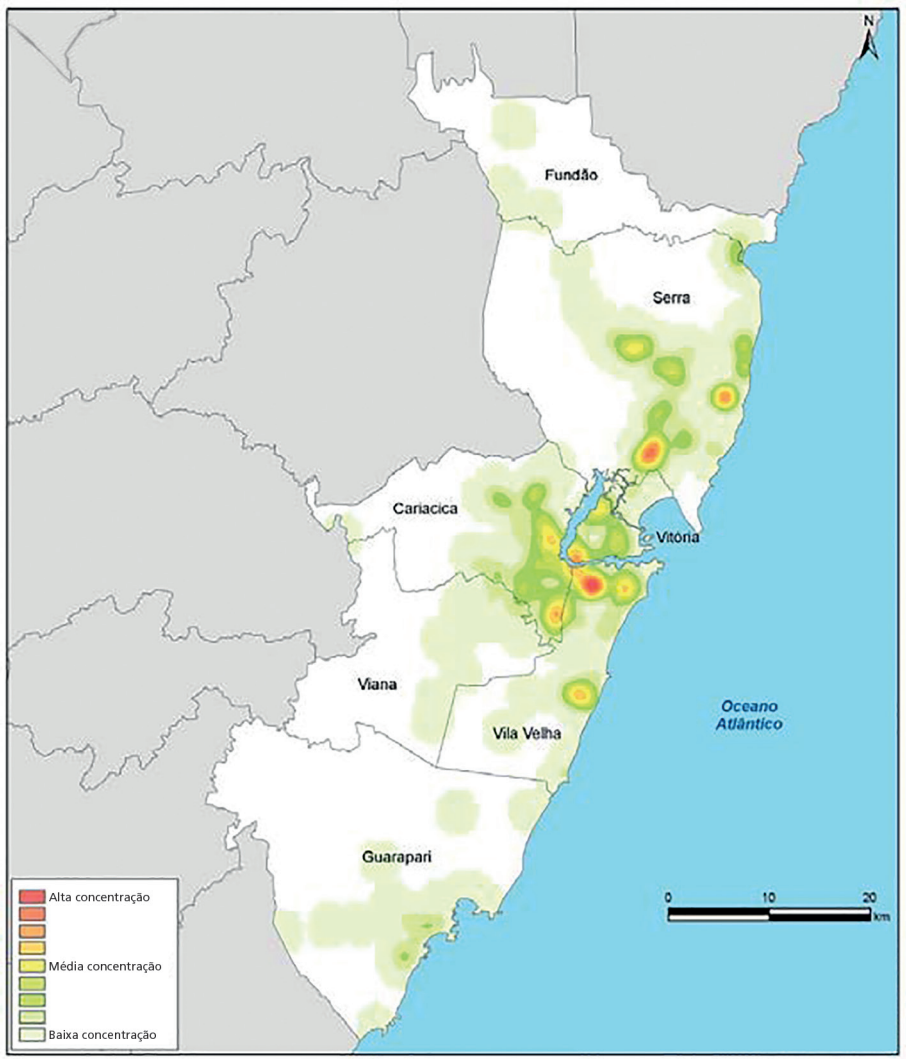
Retomando a interpretação cartográfica dos homicídios dolosos da RM da Grande Vitória, identifica-se que a violência letal é potencialmente registrada nos *clusters* de bairros com predominância do tipo socioespacial popular, onde o desenvolvimento humano ainda contrasta com os elevados níveis de IDHM das áreas mais privilegiadas da metrópole. Nos bairros em que prevalece o tipo superior-médio e IDHM muito alto, o registro e a concentração de homicídios é pouco significativo, revelando uma associação negativa entre as taxas de homicídios e os níveis de desenvolvimento humano.

Isso não permite afirmar que as desigualdades socioeconômicas e as diferenças dos níveis de desenvolvimento humano sejam as causas da violência letal. É importante frisar que a causalidade da criminalidade violenta nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. Neste estudo, estão sendo analisadas correlações espaciais. Devido à complexidade envolvida, a criminalidade urbana violenta não pode ser reduzida a uma causa única (Misse, 2006).

A maneira desigual e contraditória pela qual o espaço urbano é construído e reproduzido torna a cidade um palco privilegiado para os conflitos e desentendimentos interpessoais. A violência emana neste contexto e é influenciada pela segregação social. Da mesma maneira que o espaço urbano é fragmentado, a violência se desdobra distintivamente atingindo estratos da sociedade de forma diferenciada.

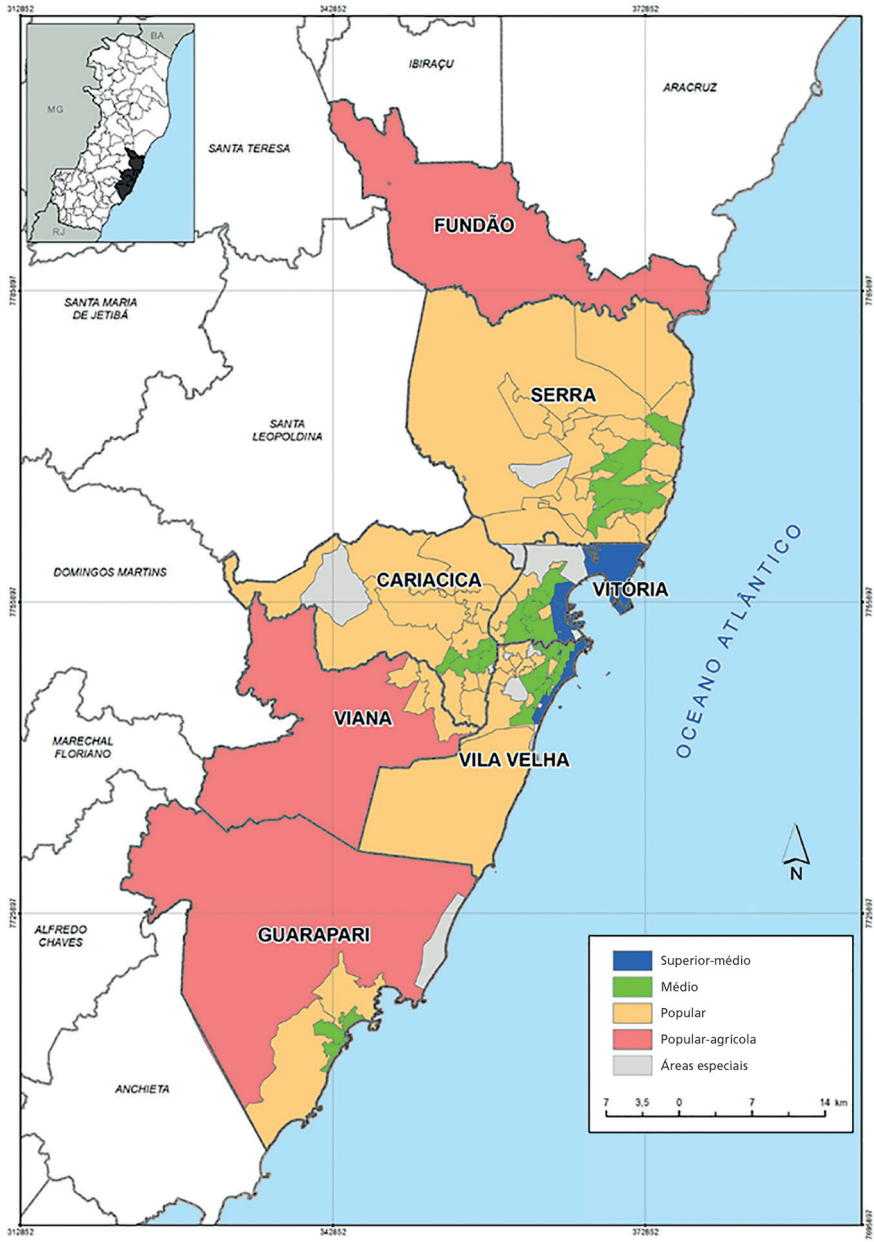
As referências especializadas (Zaluar, 2004; Misse, 2006; Zanotelli *et al*., 2011; Andrade, Souza e Freire, 2013) indicam que, na cidade, a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da desigual distribuição de renda e riqueza, serviços e equipamentos coletivos são distribuídos de forma desigual, o que caracteriza, em parte, a condição de (des)ordem urbana que influencia os padrões de distribuição espacial da violência.

MAPA 4
Concentração dos homicídios dolosos – RM da Grande Vitória (2010)



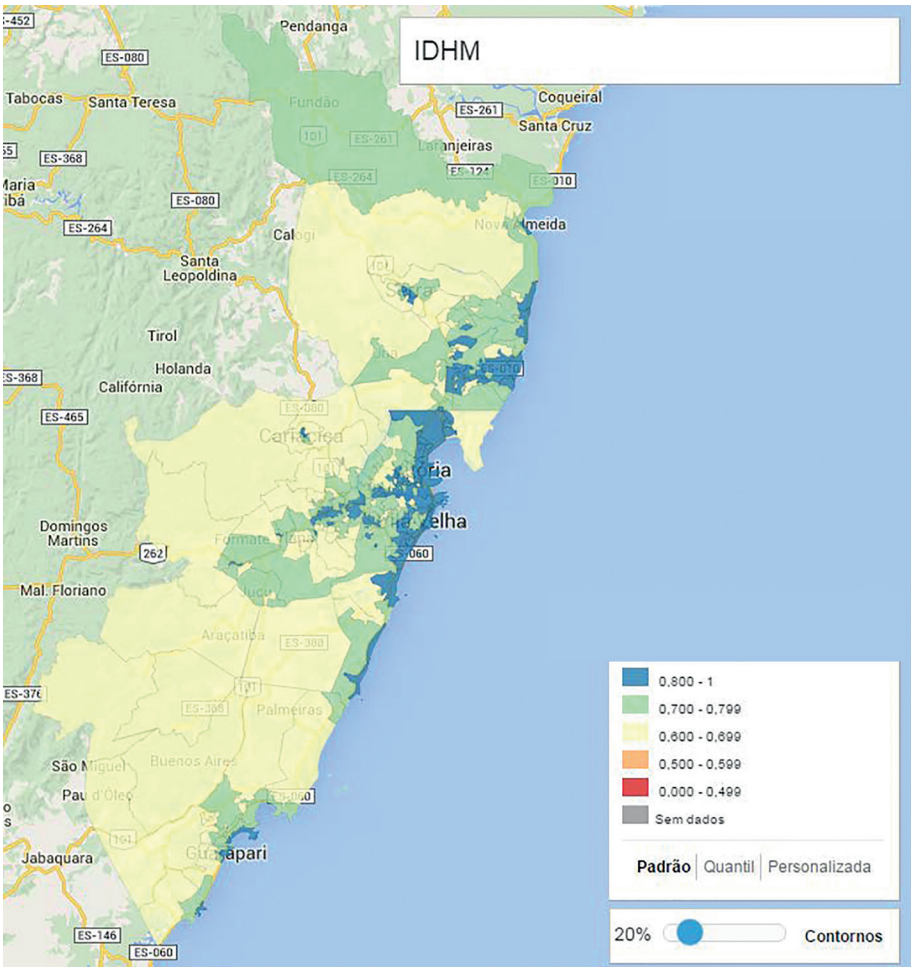
Fonte: Gerência Estatística e Análise Criminal/Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp/ES). Disponível em: <www.sesp.es.gov.br>.

MAPA 5
Tipos socioespaciais – RM da Grande Vitória (2010)



Fontes: Sidra/IBGE e INCT-Observatório das Metrópoles (2013).

MAPA 6
IDHM – RM da Grande Vitória (2010)



Fontes: Pnud, Ipea e FJP (2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, na escala dos municípios capixabas, as especificidades urbanas de detalhe são homogeneizadas, ressaltando características gerais, o que, até certo ponto, permite compreender a associação positiva das taxas de homicídios, taxas de urbanização e IDHMs nos municípios.

Tal associação não se aplica na escala intrametropolitana da RM da Grande Vitória e, provavelmente, também não se aplica na escala intramunicipal, sobretudo

no contexto dos municípios polos regionais, onde o processo de urbanização, e sua inerente complexidade social, econômica e demográfica, se mostra avançado e a segregação socioespacial ainda mais presente. Na escala intrametropolitana da RM da Grande Vitória, os homicídios demonstraram maior concentração nos *clusters* de bairros menos privilegiados sob o ponto de vista da organização social do território e do desenvolvimento humano.

Além disso, constatou-se como os dados relativos às taxas de urbanização e às taxas de homicídios apresentam tendências semelhantes na comparação Brasil e Espírito Santo. Ao mesmo tempo, investigando o processo de urbanização capixaba, que resultou na metropolização da Grande Vitória, foi identificado como fatores sociais, econômicos e demográficos foram deflagrados e passaram a se correlacionar cumulativamente ao longo das últimas décadas, influenciando a distribuição espacial dos homicídios, sobretudo, na escala de detalhe dos *clusters* de bairros.

Esses aglomerados, na RM da Grande Vitória, demonstraram, no recorte temporal deste estudo, uma disposição espacial de predomínio dos tipos socioespaciais mais privilegiados, bem como dos melhores níveis de desenvolvimento humano, em uma determinada porção litorânea do território de Vitória e Vila Velha, onde a concentração de homicídios é muito baixa. A concentração dos homicídios, na escala intrametropolitana, tende a aumentar na medida em que se distancia dessas áreas privilegiadas e se aproxima dos espaços que ressaltam prevalência do tipo socioespacial popular.

Tais nuanças não foram capturadas na análise espacial comparativa, no contexto dos municípios capixabas, estabelecida pelas taxas de homicídios, taxas de urbanização e IDHMs. Provavelmente isso ocorra por conta da tendência de homogeneização dos dados em nível municipal.

Em um município como Vitória, na escala intrametropolitana, constatou-se que existem várias realidades socioeconômicas, bairros com predomínio de IDHMs muito altos próximos de bairros com prevalência de IDHMs médios, que representam a menor faixa de desenvolvimento humano da RM da Grande Vitória. A segregação socioespacial se revela tanto na perspectiva da proximidade espacial quanto do distanciamento social desses espaços.

O meio urbano concentra renda, geração de emprego, as maiores instituições de ensino e saúde, da mesma forma que concentra problemas sociais como, por exemplo, a violência letal. A violência é potencializada a partir dessas contradições socioespaciais atingindo diversos estratos sociais. Como constatado, sua distribuição espacial não ocorre de forma homogênea pela trama urbana, desdobrando-se sob a influência de nuanças ligadas a processos e fatores da (des)ordem urbana.

Diante disso, é ratificada a importância da utilização de plataformas de informação, como o *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*, para o desenvolvimento de estudos em múltiplas escalas e consolidação de linhas de pesquisas espaciais com o propósito de subsidiar a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas que ofereçam diretrizes para a conjugação do desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico.

No campo das políticas públicas de segurança, nos últimos dez anos, a estruturação dos Gabinetes Gestão Integrada Municipais (GGIMs) vem ganhando escala em várias unidades da Federação (UFs). Estes são espaços permanentes de planejamento e tomada de decisão no que tange à otimização da distribuição de recursos humanos e materiais das agências de segurança pública, maior integração das ações estaduais e municipais na intensificação de políticas básicas, alinhamento e atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades etc. Por meio das diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), as ações dos GGIMs envolvem, em uma perspectiva multissetorial e de participação democrática, gestores públicos e técnicos da segurança pública e áreas correlatas (educação, assistência social, habitação e outras), pesquisadores, lideranças comunitárias e outros atores com o objetivo de buscar soluções para os problemas das violências, dentre os quais se destacam os homicídios.

Assim, plataformas de informação, como o *Atlas do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros*, tendem a qualificar as discussões em ambientes de gestão participativa e potencializar o desenvolvimento de análises e de estudos que visam contribuir com a produção do conhecimento e subsidiar a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E.; CAVENAGHI, S. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Rio deJaneiro: IE/UFRJ, 2012.

ANDRADE, L.; SOUZA, D.; FREIRE, F. (Orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ANDRADE, L.; MARINHO, M. A. Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década. *In*: ANDRADE, L.; SOUZA, D.; FREIRE, F. (Orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CALDEIRA, T. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *In*: **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 1, 2002, p. 44-46, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/4Yn9B4>. Acesso em: 20 dez. 2008.

CAMPOS JUNIOR, C. T. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1144).

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp). **Estatística e análise criminal**. 2010. Disponível em: <www.sesp.es.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCT – INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Portal transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. (Série Metrópoles). Disponível em: <www.transformacoes.observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em: 30 nov. 2015.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, A. *et al*. A Metrópole na rede urbana brasileira e na configuração interna. *In*: LIRA, P.;OLIVEIRA JUNIOR, A.; MONTEIRO, L. (Eds.). **Vitória**: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.

PERALVA, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**. Brasília: Editora Pnud Brasil, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2015.

RIBEIRO, L. C. **Transformações na ordem urbana na metrópole liberal-periférica - 1980/2010**: hipótese e estratégia teórico-metodológica para estudos comparativos. Rio de Janeiro: INCT – Observatório das Metrópoles, 2013.

RIBEIRO, L.; RIBEIRO, M. **Análise social do espaço urbano-metropolitano**: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro: INCT- Observatório das Metrópoles, 2011.

_____. **Análise social do território**: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SIQUEIRA, M. P. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANOTELLI, C. *et al*. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, 2011.

WAISELFISZ, J. **Mapa da violência 2006**: os jovens do Brasil. Brasília: OEI, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, J. E. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**, v. 2, n. 1, 1997.

MOLINA, A. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos. 2. ed. São Paulo: 1997.

RIBEIRO, L.; RIBEIRO, M. Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais. **Cadernos Metrópole - PUCSP**, v. 12, p. 331-348, 2010.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *In*: **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

WAISELFISZ, J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Mapa da violência**: mortes matadas por arma de fogo. Brasília: SPPIR/ Unesco, 2015.